

# **Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Palmela 2015 -2019**

**Conselho Local de Ação Social de Palmela,**

**Aprovado em plenário realizado a 25 de junho de 2015**



rede social  
**PALMELA**

## Índice Geral

1. Nota introdutória
  2. Metodologia adotada
  3. Componentes temáticas para o período 2015 - 2019
    - Área temática 1 - Organização e Trabalho em Rede
    - Área temática 2 - Nascer e crescer com oportunidades
    - Área temática 3 - Trabalho e atividade
    - Área temática 4 - Vulnerabilidade e inclusão
    - Área temática 5 - Inclusão da pessoa deficiente
    - Área temática 6 - Envelhecer com qualidade
    - Área temática 7 - Acesso à Saúde
  4. Avaliação e monitorização
  5. Notas finais
- Anexos

## 1. Nota introdutória

Os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) apresentam-se como instrumentos de planeamento para os atores locais que intervêm nos territórios, visando a promoção da inclusão e da coesão, através de mecanismos que se desejam cada vez mais participados e qualificados. Hoje, os instrumentos de planeamento, desde diagnósticos, planos de desenvolvimento social, planos de ação integram o vocabulário da maior parte das instituições e dos profissionais com intervenção nas áreas sociais e materializam a cooperação, as relações interinstitucionais e o trabalho coletivo das parcerias.

O PDS é, ainda, um instrumento que orienta as respostas a necessidades num determinado período temporal, enquadrando as intervenções que contribuem para o desenvolvimento e coesão social, devendo ser um referencial para todos os que, em diferentes níveis, atuam nas áreas sobre as quais incide. O PDS procura, por conseguinte, vincular as iniciativas dos atores cuja atuação tem consequências no desenvolvimento social do Concelho.

É também um instrumento que se reveste de desafios. Desafios à criação de novos projetos, à consolidação e aprofundamento de parcerias, ao renovar do compromisso entre as instituições e técnicos/as em prol da inclusão e da igualdade de oportunidades. Este é um compromisso que deve materializar-se em intervenções concretas que contribuam para a realização dos objetivos definidos no PDS e que serão posteriormente, inscritas nos vários planos de ação anuais que permitirão a operacionalização das opções tomadas.

Hoje, considera-se que este é um desafio que deve ser cada vez mais amplo e participado, permitindo que outros atores, nem sempre próximos da esfera da rede social, possam efetivamente dialogar e contribuir para que este seja um processo coletivo de desenvolvimento integrado.

## 2. Metodologia adotada

As opções metodológicas revestem-se de uma importância central na elaboração dos instrumentos de planeamento. Concretamente, no que diz respeito à passagem do Diagnóstico Social para o PDS, este é um processo sequencial que trata, no fundo, de encontrar uma forma de “traduzir” as problemáticas diagnosticadas do atual contexto, para o contexto desejado.

A passagem do Diagnóstico Social para o PDS, à luz dos anteriores instrumentos de planeamento, foi concretizada através de metodologias participativas. Partindo de uma proposta inicial apresentada em sede de plenário do CLASP, foram realizadas sete oficinas, durante os meses de outubro e novembro, participadas por 90 técnicos/as e outros profissionais com intervenção nas matérias sobre as quais incide o PDS. Sublinhe-se que de acordo com a preocupação em alargar esta discussão a outras entidades de forma a auscultar outros pontos de vista, participaram nas oficinas técnicos/as de outras instituições, assim como participaram jovens, idosos e pessoas em situação de desemprego.

A metodologia centrou-se, portanto, numa abordagem participativa valorizando as experiências dos profissionais, das equipas técnicas e instituições, assegurando as condições para um debate que permitiu incluir a diversidade de visões da realidade social do concelho.

Finda esta etapa, o núcleo executivo inscreveu a informação em grelhas de análise e devolveu-a a todos os que participaram nas oficinas, de forma a proceder a correções e alterações. Posteriormente, a informação foi “transferida” para uma linguagem de planeamento e inscrita para uma primeira matriz com uma proposta de objetivos gerais e específicos, para cada uma das áreas temáticas constante no PDS. Esta foi, por conseguinte, a primeira base de trabalho para este instrumento de trabalho, lançando os desafios de ação para o concelho de Palmela para um período de quatro anos, com incidência em sete áreas de trabalho distintas. Este documento foi enviado para os parceiros para validação, de forma a possibilitar a partilha das propostas elencadas e a recolha de eventuais contributos e observações. Esta fase finda o trabalho de preparação, discussão e amadurecimento do PDS e inicia o ciclo seguinte: a contratualização desejada e o compromisso coletivo das entidades para o cumprimento das propostas apresentadas.

### 3. Componentes temáticas para o período 2015-2019

O PDS abarca sete eixos de intervenção integrada. Em cada um destes eixos, foram construídos objetivos de natureza estratégica e específica, com vista a desenvolver ações que deem resposta aos problemas definidos como prioritários. Aos problemas cujo processo de priorização resultou de uma discussão alargada e participada por múltiplos e diversos atores institucionais.

Os eixos estratégicos apresentados neste documento não devem ser considerados isoladamente, mas antes enquanto parte integrante de um todo ao qual os técnicos, parceiros e outras entidades envolvidos neste trabalho procuraram dar coerência e sentido.

Em suma, eixos enquadradores dos problemas e desafios aos quais urge dar resposta, para fazer de Palmela um concelho cada vez mais inclusivo.

Enunciem-se as áreas temáticas de intervenção:

- Organização e Trabalho em Rede
- Nascer e crescer com oportunidades
- Trabalho e atividade
- Vulnerabilidade e inclusão
- Inclusão da pessoa deficiente
- Envelhecer com qualidade
- Acesso à Saúde.

### 3.1. Área temática “Organização e Trabalho em Rede”

A área temática da *Organização e Trabalho em Rede* nasceu decorre da reflexão desenvolvida no Diagnóstico Social sobre a natureza do trabalho de parceria e do PDS da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal. Ou seja, do consenso em torno da importância do trabalho em rede, da necessidade de tornar mais efetivas e atuantes as parcerias existentes; do reforço das lógicas de partilha de recursos e experiências entre os vários atores com intervenção no território concelhio.

Assim, os objetivos e ações desenhadas no PDS procuram contribuir para a melhoria do trabalho de parceria e para a promoção de redes de intervenção integrada, em vista a construir respostas mais eficazes e eficientes para os problemas sociais. E também a minimizar fenómenos de sobreposição de respostas, que em muitos casos se traduzem em desperdício de recursos, por natureza, escassos.

Quadro 1. Área Temática “Organização e Trabalho em Rede” - objetivos gerais e específicos

Área temática	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Proposta de Ação
Organização e Trabalho em Rede	OG1. Promover a articulação entre as diferentes estruturas de parceria existentes no concelho	OE1.1. Promover a dinamização das Comissões Sociais de Freguesia abrangendo todo o concelho	A1.2. Acompanhar a atividade das Comissões Sociais de Freguesia de Pinhal Novo e União das Freguesias
		OE1.2. Aproximar as estruturas de parceria, grupos formais e informais na definição e concretização dos documentos estratégicos da Rede Social	A2. 1. Promover Fóruns temáticos sessões de trabalho e reflexão de acordo com os documentos estruturantes da Rede Social  A2.2. Promover anualmente, e de forma participada, o Fórum Social Palmela
	OG2. Ampliar o conhecimento sobre a intervenção da Rede Social	OE2.1. Promover uma maior e melhor circulação de informação entre a parceria e outras instituições	A2.1. Otimizar o site do CLASP alargando a sua divulgação
	OG3. Contribuir para a implementação do princípio da Igualdade de Género na atividade da Rede Social	OE3.1. Definir uma estratégia local para a implementação da Igualdade de Género	A3.1. Criar e implementar instrumentos locais para a promoção da Igualdade de Género, nomeadamente Plano Concelhio

### 3.2. Área temática " Nascer e crescer com oportunidades"

A área temática *Nascer e Crescer com Oportunidade* está centrada na proteção e reforço dos direitos das crianças e jovens.

Os objetivos gerais e específicos definidos pretendem responder aos riscos a que estão sujeitas as crianças e jovens, grupo particularmente vulnerável num tempo de crise económica e social.

Uma filosofia de prevenção enforma aqueles objetivos, com ênfase nas questões da prevenção do abandono e insucesso escolar e no reforço das competências parentais, sem esquecer as atividades de tempos livres que podem alargar o horizonte de possibilidades das crianças e jovens dos meios sociais mais desfavorecidos.

Em suma, pretende-se dar às crianças, jovens e suas famílias ferramentas para o desenvolvimento de trajetórias inclusivas.

Quadro 2. Área Temática "Nascer e Crescer com Oportunidades" - objetivos gerais e específicos

Área temática	Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Proposta de Ação
Nascer e Crescer com oportunidade	OG2.1. Reforçar a participação e o envolvimento das famílias nos processos educativos e escolares dos seus educandos	OE2.1. Implementar programas para o reforço das competências parentais	
	OG2.2. Adequar as respostas às necessidades de lazer e de ocupação dos tempos livres nas áreas rurais e isoladas do concelho	OE2.2. Rentabilizar as respostas existentes ao nível da ocupação dos tempos livres e lazer nas pausas letivas	A2.1. Criação de um grupo de trabalho interinstitucional para apresentação de uma proposta de atividades de ocupação de tempos livres para as pausas letivas dirigidas a jovens com idades entre os 14 e os 18 anos (3º ciclo e secundário), residentes na União das freguesias Poceirão Marateca
	OG2.3. Desenvolver estratégias de prevenção ao nível do insucesso e abandono escolar	OE2.3. Promover atividades de âmbito comunitário que concorram para a valorização da escola e	



		do conhecimento	
--	--	-----------------	--

### 3.3. Área temática “Trabalho e atividade”

A atividade, o emprego, a formação são uma condição de partida para o desenvolvimento e inclusão dos indivíduos. Com efeito, o trabalho constitui-se como uma dimensão de base para a construção identitária do indivíduo, conferindo-lhe um lugar, um estatuto e um sentido na vida social.

O trabalho, o emprego, a formação, são por conseguinte dimensões fulcrais que asseguram ao indivíduo não apenas os meios de subsistência para a vida, mas também contribuem para a sua identidade social.

Hoje, o aumento do desemprego lança um conjunto de desafios que se reflete nos domínios da organização das famílias, nas opções formativas, na ocupação dos indivíduos, entre outras dimensões que trazem mudanças para a organização e o equilíbrio social.

Quadro 3. Área Temática “Trabalho e Atividade” - objetivos gerais e específicos

Área temática	Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Proposta de Ação
Trabalho e Atividade	OG1. Promover a identificação de setores de atividade emergentes	OE1.1. Promover um levantamento das áreas de qualificação ajustáveis às necessidades do mercado de trabalho	A1.1. Identificar as necessidades formativas ao nível dos sectores emergentes e promover ações de qualificação ajustáveis
		OE1.2. Promover a identificação de necessidades formativas e a realização de ações junto de Instituições da rede privada com respostas em geriatria	A2.1. Realizar o levantamento das necessidades formativas ao nível das áreas da geriatria
			A2.2. Promover ações de formação adequadas às necessidades da rede privada com respostas em geriatria
	OG2. Reforçar a qualificação dos ativos empregados	OE2.1. Promover o levantamento de necessidades de qualificação dos ativos empregados	A2.1. Desenvolver ações de qualificação e ou de requalificação de ativos empregados
OG3. Mobilizar empresas e Instituições para a integração da pessoa desempregada	OE3.1. Implementar no Concelho uma Rede de Empregabilidade	A3.1. No âmbito da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal,	

			integrar a Rede de Empregabilidade
		OE3.2. Reforçar a divulgação de medidas de emprego e apoio à contratação (IEFP) junto das empresas e Instituições	A3.2. Realizar ações de divulgação das medidas de emprego e apoio à contratação junto das empresas e Instituições
		OE3.3 Promover o empreendedorismo e o estímulo à criação de empresas e de emprego	A3. Acompanhar e implementar iniciativas de negócio promotoras da criação de empresas e de emprego
		OE 3.4 Promover projetos de integração social/profissional de pessoas em situação de desemprego	
	OG4. Reforçar o associativismo e as redes de parceria na área do desenvolvimento rural	OE4.1. Mobilizar as associações de agricultores, para além de outras, bem como representantes de estruturas com intervenção representativa na área rural.	A4.1. Realização de um Fórum para reflexão sobre o desenvolvimento rural e o incentivo do emprego nesta área
			A4.2. Implementar os CCA (Circuitos Curtos Agroalimentares) junto das famílias e da restauração privada e coletiva
	OG5. Promover o investimento no setor agrícola, designadamente reforçar a oferta formativa a nível técnico	OE5.1. Incentivar a mobilização das escolas profissionais centros de formação profissional e outras entidades do concelho, para realização de formação em áreas emergentes ligadas ao desenvolvimento rural	A5.2. Promoção de ações de qualificação no sector agrícola

### 3.4. Área temática “Vulnerabilidade e inclusão”

A área temática *Vulnerabilidade e Inclusão* reflete a preocupação de encontrar respostas para os fenómenos de pobreza e formas de exclusão que afetam um número significativo de pessoas e famílias, num tempo de crise económica.

A sua tradução para o nível do planeamento de respostas decorre da reflexão e análise em sede do Diagnóstico Social, onde as questões das vulnerabilidades e da inclusão assumiram primazia e foram por isso alvo de priorização.

No Plano de Desenvolvimento Social, os objetivos e ações prioritizados buscam respostas integradas para os problemas sociais considerados mais prementes no território concelhio. Refletem a necessidade de desenvolvimento de um trabalho concertado de parceria entre os diferentes atores institucionais presentes no território.

Quadro 4. Área Temática “Vulnerabilidade e Inclusão” - objetivos gerais e específicos

Área temática	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Proposta de Ação
Vulnerabilidade e Inclusão	OG1. Promover e incentivar respostas ocupacionais ao nível do voluntariado destinadas a pessoas do concelho em situação de vulnerabilidade e exclusão	OE1. 1. Identificar parceiros endógenos e exógenos da rede social para a criação de respostas ocupacionais	A1.1. Criar um banco de dados de voluntariado, recorrendo aos recursos existentes para as respostas ocupacionais emergentes ( exemplo: “Dar e Receber” e “Agir de corpo inteiro”) entre outros e os recursos físicos institucionais e privados disponíveis
			A.1.2. – Realização de cursos/ formações sobre o voluntariado
			A1.3. Criar um Grupo de Trabalho com vista a operacionalizar uma metodologia para concretização das resposta ocupacionais emergentes (horta).
		OE1.2. Mobilizar as seguradoras, através da lei do mecenato, para apresentação de contratos de seguros a baixo custo	A1.2. Elaborar uma proposta para a contratualização de seguros a baixo custo
	OG2. Promover a melhoria das respostas	OE2. Constituir um grupo de trabalho de	A2.1 Implementar projeto experimental

	às necessidades alimentares das instituições sociais e das famílias em situação de vulnerabilidade	âmbito supraconcelhio para a apresentação de uma proposta de projeto	para a criação de uma rede supraconcelhia de circuitos curtos (produtores que fornecem IPSS)
	OG3.Promover a melhoria das condições habitacionais das famílias em situação de exclusão e vulnerabilidade	OE3.1. Sensibilizar entidades arrendatárias para disponibilizarem recursos habitacionais a preços adequados às situações pontuais de precaridade	A3.1. Criar um Banco de dados da oferta habitacional existente no Concelho
	OG4. Desenvolver estratégias de prevenção no âmbito comportamentos aditivos	OE4. Promover fóruns de debate no âmbito dos comportamentos aditivos junto dos jovens	A4. Realizar debates nas Escolas de 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo e secundárias sobre prevenção dos comportamentos aditivos
	OG5. Promover a desocultação do fenómeno da violência doméstica	OE5. 1. Desenvolver ações para a prevenção e o combate da violência doméstica	A5. 1.Realizar ações de sensibilização/ campanhas de prevenção da violência doméstica
		OE5.2. Reforçar as competências dos profissionais para a identificação e intervenção em situações de violência	A5.2. Capacitar através de ações de formação os técnicos de intervenção social para identificação/ sinalização de situações de violência
		OE5.3. Criar respostas para o Atendimento e Acompanhamento das vítimas	A5.3. Criar uma resposta local de Atendimento e Acolhimento das vitimas, dando continuidade ao Projeto VAI VEM

### 3.5. Área Temática “Inclusão da pessoa deficiente”

Há longa data que a deficiência é uma preocupação para a intervenção local, substanciando-se num trabalho de promoção da pessoa deficiente e de cooperação com as entidades com intervenção nesta área.

A promoção da saúde, a acessibilidade, o acesso a equipamentos e serviços, são algumas das áreas de trabalho centrais para a integração plena da pessoa deficiente.

Quadro 5. Área Temática “Inclusão da Pessoa Deficiente” - objetivos gerais e específicos

Área temática	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Proposta de Ação
Inclusão da Pessoa Deficiente	OG1. Aumentar o conhecimento da população com deficiência no concelho de Palmela	OE1. Aprofundar o Diagnóstico da população com deficiência	A1. Elaborar um Plano de Trabalho para o Levantamento da População com deficiência no concelho com a colaboração de uma Instituição do ensino superior
	OG2. Contribuir para os estilos de vida saudáveis das pessoas com deficiência	OE2. Promover no concelho o Desporto Adaptado	A2.1. Concretizar a experiência piloto para a implementação do “Boccia”
			A2.2. Ativar a equipa de basquetebol da Associação S.C.D. “Os Trovões
	OG3. Promover a integração profissional e o acesso à formação das pessoas com deficiência	OE3. Aprofundar as medidas existentes para a promoção da integração profissional e acesso à formação	A3.1. Criar uma “Bolsa Local de Empresas” comprometidas com a formação e a integração profissional de pessoas com deficiência numa lógica de Emprego Apoiado
A3.2. Divulgar ativamente as candidaturas aos Contratos de Emprego Inserção ao nível da Reabilitação			
OG4. Promover Palmela como um concelho Acessível a Todos	OE4. 1.Promover a acessibilidade dos transportes públicos	A4.1. Elaborar uma proposta para uma Carta de Compromisso dos operadores de transporte a apresentar	

			e retificar em sede de Conselho Local de Mobilidade
		OE4.2. Promover a acessibilidade no espaço público	A4.2. Acompanhar as intervenções municipais decorrentes dos Planos de Promoção da Acessibilidades (PPA) ou outros instrumentos de promotores da acessibilidade
		OE4.3. Promover a acessibilidade junto das entidades privadas designadamente comércio local	A4.3. Promover uma Campanha de Sensibilização para a acessibilidade no comércio local, dando continuidade aos PPA
	OG5. Reforçar a transversalidade da área da deficiência contribuindo para a inclusão da pessoa deficiente	OE5.1. Promover iniciativas de sensibilização relativas às problemáticas da pessoa deficiente	A5.1. Realizar, anualmente, a Caminhada Acessível para Todos – Caminhar pela Inclusão, assinalando o Dia Internacional da Pessoa Deficiente
A5.2. Promover, anualmente, o Festival EXPRESSARTE da APPACDM Setúbal alargando a parceria e o âmbito da sua intervenção			
A5.3. Realizar o Festival FIG – Festival Internacional de Gigantes, em parceria com a Redes de Cidades e Vilas de Excelência			
A5.4. Criar e disponibilizar um logotipo para identificar as iniciativas acessíveis a todos, realizadas no concelho			

### 3.6. Área temática “Envelhecer com qualidade”

As tendências demográficas e o consecutivo envelhecimento demográfico da população lançam um conjunto de desafios que se prendem com uma disparidade entre a idade legal para a reforma e as capacidades individuais das pessoas que a detêm.

Têm-se, efetivamente, incentivado um conjunto de práticas promotoras de um envelhecimento saudável e ativo como forma de concretizar os princípios estabelecidos no conceito de Envelhecimento Ativo da Organização Mundial de Saúde e da Agenda Social Renovada.

Importa por conseguinte, conhecer como se comporta o crescimento da população idosa e quais os recursos locais que se apresentam como uma mais-valia para uma política de envelhecimento ativo.

Quadro 6. Área Temática “Envelhecer com qualidade” - objetivos gerais e específicos

Área temática	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Proposta de Ação
Envelhecer com qualidade	OG1. Contribuir para o envelhecimento ativo no Concelho de Palmela	OE1.1. Promover respostas de inclusão que vão de encontro às necessidades da população sénior	A1.1. Criar uma bolsa de voluntariado “sénior”: pessoas reformadas com disponibilidade para apoiarem idosos (visitas domiciliárias, pequenas tarefas, pequenas formações etc)
			A1.2. Revitalizar o modelo de intervenção do projeto “Academia de Saberes”
			A1.3. Criar no concelho uma “Universidade Sénior”
	OG2. Garantir a valorização e participação das pessoas da população Sénior nos processos de mudança social, valorizando os laços intergeracionais	OE2.1. Efetuar o Levantamento e a divulgação de projetos e boas praticas existentes no concelho a nível da intergeracionalidade	

		OE2.2.Promover iniciativas de âmbito cultural, recreativo, desportivo e outros que envolvam as várias gerações	A2.2.Promover anualmente o Dia da Intergeracionalidade
	OG3. Rentabilizar a resposta “Estrutura Residencial para Idosos” da rede privada de equipamentos, para melhor responder às necessidades da população sénior sem vaga na Rede Solidária	OE3.1. Promover a articulação entre a segurança social e a rede de lares privados licenciados, para a criação de vagas a um custo social (adequado aos rendimentos)	A3.1. Constituir um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta a apresentar ao ISS



### 3.7. Área Temática “Acesso à Saúde”

A saúde é cada vez mais uma questão premente para o desenvolvimento, sustentabilidade e qualidade de vida dos territórios. Com efeito, o acesso à saúde é um direito fundamental dos cidadãos e surge como um dos principais indicadores de desenvolvimento. Num contexto de agravamento das condições socio económicas, importa conhecer a dimensão da oferta de serviços de saúde e os meios que disponibilizam a fim de se compreender e aferir o déficite das respostas de saúde e os seus consecutivos impactos nas populações.

Quadro 7. Área Temática “Acesso à Saúde” - objetivos gerais e específicos

Área temática	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Proposta de Ação
7. Acesso à Saúde	OG1. Promover uma maior divulgação dos Recursos da Saúde públicos, privados e privados com custos sociais existentes na Comunidade	OE1.1. Dinamizar uma iniciativa local que mobilize os parceiros com intervenção na Saúde e respetivos destinatários	A1.1. Realizar uma Feira de Saúde para divulgação das respostas existentes no Concelho com realização de rastreios e dádivas de sangue
		OE1.2. Promover ações de promoção da saúde	A1.2. Realizar ações destinadas às crianças/jovens nos estabelecimentos de ensino
	OG2. Proporcionar um maior conhecimento sobre Doença Mental	OE.2.1. Elaborar um Diagnóstico Concelhio sobre a Doença Mental	A2.1. Recolher o número de pessoas identificadas com diagnóstico de Doença Mental na Especialidade Clínica Psiquiatria (CHS)
			A2.2. Recolher o número de pessoas referenciadas pelo ACES da Arrábida com possível diagnóstico de saúde mental
	OG3. Aumentar a capacidade de resposta instalada dos equipamento de saúde no concelho	OE3.1 Criar uma Unidade de Cuidados de Saúde de Proximidade no Pinhal Novo	A3.1. Construção do equipamento de saúde

	OG4. Promover estilos de vida saudáveis	OE4.1. Dinamizar ações no domínio da atividade física, da alimentação saudável, e outras promotoras da vida saudável	
--	---	--	--

#### **4. Avaliação e monitorização**

À luz dos anteriores instrumentos de planeamento desenvolvidos pelo Conselho Local de Ação Social de Palmela, também se prevê a implementação de instrumentos de monitorização e avaliação que permitam aferir o desenvolvimento do presente PDS. Refiram-se os instrumentos clássicos que se inscrevem numa metodologia de avaliação, como são as matrizes de avaliação e respetivos relatórios aferindo a mensurabilidade das ações previstas. Considera-se, ainda, que para além da aplicação destes instrumentos, importa também introduzir instrumentos e momentos de avaliação qualitativa que contribuam para o diálogo da parceria em torno dos impactos das ações, introduzindo, se necessário correções e ajustes no caminho que se quer traçar. É, por conseguinte, fundamental unir abordagens avaliativas distintas, com recurso a diferentes instrumentos, que permitam melhor conhecer os impactos da intervenção desejada.

#### **5. Notas finais**

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Palmela, para o período compreendido entre 2015 e 2019, procura antes de mais evidenciar opções estratégicas disponíveis para a intervenção e para os parceiros sociais, visando criar coerência e consequência na ação constituindo também um contributo na definição dessas prioridades para a ação em cada uma das áreas temáticas.

Pretende-se, por conseguinte, que esta seja uma abordagem pró-ativa da realidade social do concelho e que a partir de hipóteses e de modelos de ação inerentes às dinâmicas locais instaladas que contribuam para uma perspetiva de mudança e transformação da realidade social. A intervenção é deste modo, alicerçada nas práticas colaborativas, na cooperação e nas parcerias, sendo estas condição *sine qua non* para o seu sucesso.

O presente PDS contribui para a consolidação de uma prática de planeamento estratégico local e procura estabilizar intervenções locais, em determinados campos considerados prioritários, mediante uma perspetiva integrada de desenvolvimento social local.

**Anexo. Listagem de presenças nas oficinas de trabalho realizadas no âmbito do PDS**

**Oficina” Nascer e Crescer Com Oportunidades”**

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Caritas Diocesana de Setubal – CCS Pedro	Isabel Rodrigues
Centro Social de Quinta do Anjo	
CPCJ Palmela	Vera Celestino Rute Marques
CMP – DEIS	Susana Pereira Maria José Travanca Fernanda Fonseca
Agrupamento de Escolas José Saramago	Maria Cruz
Fundação COI	
Centro Social de Palmela	Guilherme Bettencourt
União Social Sol Crescente da Marateca	Cristina Felicíssimo

**Oficina” Nascer e Crescer Com Oportunidades (grupo jovens) ”**

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Fundação COI	João Carvalho
Fundação COI	João Miranda
Fundação COI	
O Guizo	Celia Ramos
Adonia	Paula Graf
CNE – Corpo Nacional de Escutas Agrupamento 643 Pinhal Novo	Alexandre Silva
Associação Juvenil Odisseia	Daniel Fulgêncio
Legacy 5	Filipe Cebola
CMP – Bibliotecas	Olga Cidades
Caritas Diocesana de Setubal CC S. Pedro	Isabel Rodrigues
CPCJ Palmela	Aida Simões
CMP DEIS	Sandrine Palhinhas
CMP DEIS	José Galambas
CMP DEIS	Susana Pereira
O Guizo	Custódio Portasio

**Oficina” Trabalho e Atividade”, 24 de outubro, Biblioteca Municipal de Palmela**

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Fundação COI	Gina Costa
Caritas Diocesana de Setubal – CCS Pedro	Isabel Rodrigues
Ana Cristina Falcão	----
Elsa Barreto	-----
Centro Social da Quinta do Anjo	Patricia Matos Florbela Rocha
CMP – GAEPI	Sandra Paulino
CMP – DEIS	Sandrine Palhinhas
ADREPES	Cláudia Bandeiras
IEFP	Marina Vinhas

**Oficina” Vulnerabilidades e Inclusão”**

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Centro Jovem Tejo	Elisio Barros
Fundação Robert Kalley	Jose Salvador
Município	Pedro Ataz
Caritas Diocesana de Setubal – CCS Pedro Marateca	Cristina Conceição
CPCJ Palmela	Cristina Felicíssimo
Centro Social Quinta do Anjo	Alpendre Sousa
Centro Social Palmela	Guilherme Bettencourt
CDSS - FEAC	Cláudia Rei
Fundação COI	Maria João Sousa
Fundação COI	Cristina Morais
SEIES	Vasco Caleira
Núcleo de Combatentes de Pinhal Novo	Nome ilegível
Banco Alimentar Contra a Fome	“ “
União das Freguesias de Poceirão Marateca	Cecília Sousa

**Oficina” Inclusão da Pessoa Deficiente”**

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Fundação COI	Gina Costa
Fundação COI	Inês Prates
CMP DEIS	Sandrine Palhinhas
Fundação COI	Susana Santos
APPACDM	Marta Silva
Ass. “Os Trovoes”	António Barreto
CMP DEIS	Maria José Travanca
CMP DEIS	Susana Pereira

### Oficina” Envelhecer com Qualidade”

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Guarda Nacional Republicana	Cabo Custódio
GNR – Destacamento T. Setubal	Guarda Prin. Bravo
Fundação COI	Rute Marques
CMP DEIS	Susana Pereira
Casa do Povo de Palmela	Moneca Duarte
ARPI	Carmen Marquilhas
ACES Arrábida	Isabel Santos
CMP DEIS	Paula Lagarto
Centro Social de Quinta do Anjo	Ana Lopes
CMP DEIS	Paulo Ricardo
USSC Marateca	Ana Rita Mendes

### Oficina” Acesso à Saúde”

<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Fundação COI	Vanessa Martins
Fundação COI	Gina Costa
Centro Jovem Tejo	Elísio Barros
Agrupamento Centro de Saúde da Arrábida	Isabel Santos
Centro Hospital de Setubal	Conceição Pato
Centro Hospital de Setubal	Vanda Simão
CMP DRHO	Teresa Vaz
Ass. Dadores de Sangue de Poceirão	José Augusto
Rotary Club de Palmela	Jaime Puna
Rotary Club de Palmela	Pedro Rodrigues
USSC Marateca	Ana Rita Mendes